

# Primeira Infância e o acolhimento para bebês na perspectiva do desenvolvimento integral

“O brincar é o último reduto de espontaneidade que a humanidade tem”.

Lydia Hortélio



## 1. O Brincar como direito

Considerando os objetivos deste curso, este texto se volta para a reflexão junto aos(as) trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social, sobre os elementos norteadores do trabalho com crianças na perspectiva do desenvolvimento infantil, com destaque para **o brincar como um direito**, o seu significado no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e de valores culturais, bem como na socialização e no convívio familiar da criança.

O brincar é uma experiência extremamente valiosa de nossa cultura, inerente aos diferentes contextos sociais e históricos, sobretudo na primeira infância, onde há criança, há brincar e onde há brincar, há aprendizagem. Observamos no módulo anterior todos os processos que envolvem o desenvolvimento infantil e a aquisição de habilidades, potencialidades e estímulos necessários à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de bebês e crianças até os 06 anos de idade, neste texto, nos voltamos para o brincar e o cuidado adequado como direitos, dimensões essenciais para o desenvolvimento integral de crianças, em específico, dos bebês.

De acordo com o Plano Nacional pela Primeira Infância, denomina-se “brincar” a atividade de livre escolha da criança, regida por ela mesma. Diferentemente de uma atividade dirigida, com fim pedagógico, o brincar é uma experiência que parte do sujeito que brinca. Assim, embora desenvolva diversas habilidades, ele não é um instrumento, mas um fim em si mesmo, na medida em que a criança brinca porque gosta, porque é o jeito de ser criança, de viver a infância, de interagir e conhecer o que a cerca e a desafia. Para a criança, o verdadeiro brincar não tem um fim externo a ele mesmo, sua finalidade é intrínseca ao ato de brincar: a criança não brinca para se desenvolver, mas se desenvolve porque brinca. Por sua vez, a brincadeira é qualquer comportamento, atividade ou processo iniciado, controlado e estruturado pelas próprias crianças. Ocorre sempre e onde quer que oportunidades surjam.

Na vida intrauterina e após o nascimento, toda experiência do bebê passa pelo corpo. É através dele que o bebê expressa suas sensações de prazer ou desprazer, bem estar ou mal estar, dor ou desconforto. É com o corpo que o bebê vivencia suas descobertas e conhecimentos de si e do mundo. Na medida em que oferecemos ao bebê um ambiente seguro, aconchegante e relaxado o suficiente para que ele possa se expressar livremente, permitimos-lhe seguir em suas observações e explorações. Em outras palavras, permitimos-lhe brincar! (BARILE, 2017, p. 04).

Desde os primeiros meses de vida, o lúdico é um motor de aprendizagem, base para a exploração e a percepção do próprio corpo, dos materiais e das pessoas com os quais um bebê convive. Por meio dos sentidos, eles tocam e são tocados pela materialidade do mundo e acionam a imaginação, o potencial criador de reproduzir, de transgredir e de se relacionar com o mundo. O brincar é uma linguagem que possibilita o desenvolvimento integral da criança, sendo uma ação primordial e constitutiva do ser humano.

Para a Assistência Social, o brincar ocupa lugar privilegiado na socialização de crianças. Os serviços e ações desta política devem assegurar o direito do brincar, em especial às crianças que se encontram em acolhimento institucional por medidas protetivas.

De maneira geral, é importante que a criança tenha oportunidades para se engajar em experiências diversas que promovam seu desenvolvimento e, para isso, precisamos buscar garantir algumas condições, tais como: **Condições humanas** (pessoas que promovam essa interação de



forma positiva), **Biológicas** (como alimentação e higiene) e **Físicas** (como moradia, parques, creches e escolas). Essas condições devem possibilitar à criança viver experiências diferentes e, ao mesmo tempo, garantir a ela proteção, segurança e a sensação de conquistas e realizações.

Apesar de todas as questões aqui apresentadas ainda há uma preocupação dos organismos que defendem o direito de crianças e adolescentes sobre o brincar. Muito se fala sobre o direito à saúde, o direito à educação, mas existem outros, pouco lembrados e que também são fundamentais, como o direito de brincar, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração dos Direitos da Criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257).

Grande parte das crianças brasileiras vive hoje uma realidade muito diversa. Há crianças inseridas em contextos sociais que não lhe permitem o brincar, o desenvolver-se de maneira prazerosa, livre, cheias de descobertas e possibilidades de desenvolvimento. E quando tratamos sob a perspectiva do acolhimento institucional, quando sua proteção e defesa são ainda mais urgentes, a ausência do brincar pode provocar danos a sua saúde, ao seu bem-estar e desenvolvimento físico e psicológico.

Crianças com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade enfrentam múltiplas barreiras para brincar: espaços inadequados, ausência de brinquedos adaptados, ausência de profissionais qualificados, pouco ou nenhum conhecimento sobre o significado do brincar para sua alegria, sua felicidade, seu bem-estar e desenvolvimento. É necessário garantir o acesso a brinquedos e equipamentos para as crianças com deficiência brincarem nos diversos espaços, e, que nesses espaços, elas possam interagir com outras crianças. E, ainda, não menos importante, é necessário incluir nos processos de formação continuada das equipes, a discussão sobre o brincar enquanto direito da criança. Recomendamos o acesso à plataforma Território do Brincar <sup>1</sup>onde é possível o acesso a um vasto conteúdo sobre o brincar, brincadeiras e produção de brinquedos.

---

<sup>1</sup> [Território do Brincar \(territoriodobrincar.com.br\)](http://territoriodobrincar.com.br)

## 2. O acolhimento de bebês em abrigos – relações de cuidado e papel dos cuidadores

Dados recentes do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA<sup>2</sup> retratam a existência de 29.399 crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Deste quantitativo, 4.445 possuem até 03 anos de idade, distribuídos nas cinco regiões do país. Nesses serviços, tipificados como de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social, vivem crianças/adolescentes acolhidos,



afastados de suas famílias para serem cuidados e protegidos pelo Estado, provisoriamente, até que eles possam retornar às suas famílias de origem (nuclear ou extensa) ou serem inseridos em famílias substitutas (Guarda, Tutela ou Adoção).

As normativas técnicas para acolhimento institucional, nos direcionam a um espaço semelhante a uma residência, com crianças e adolescentes de várias faixas etárias. Consideramos este um enorme desafio para os cuidadores/educadores e seus respectivos gestores. É nestes espaços que os bebês passam uma parte importante de suas vidas, que aumenta potencialmente os desafios para o desenvolvimento saudável e integral.

A chegada dos bebês ao acolhimento se dá num momento em que não é possível sua permanência na família, muitas vezes por situações que caracterizam negligência ou violência. Momento difícil, marcado por comportamentos associados às dificuldades de aprendizagem, agitação, tendência a chorar, agressividade, dificuldades para dormir, apatia, entre outras. Estas situações sinalizam as dificuldades vivenciadas pela criança, especialmente aquelas advindas do processo de separação de suas famílias, sendo elas momentâneas ou definitivas.

A experiência de acolhimento de bebês não precisa ser, necessariamente, negativa, desde que garantidas as condições necessárias para seu bom desenvolvimento e que a qualidade da relação estabelecida entre o bebê e seu(sua) cuidador(a) se caracterize pelo vínculo e estabilidade. Sabe-se, também, que a institucionalização dos bebês dificulta a criação de vínculos estáveis e seguros, uma vez que toda uma dinâmica da organização interfere nessa relação de diversas formas.

---

<sup>2</sup> <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>

Mas o que fazer nesse ambiente coletivo que venha a garantir o bom desenvolvimento dos bebês? Que reflexões e estratégias estão ao nosso alcance? Seguiremos então, com algumas considerações importantes.

Em primeiro lugar, precisamos reconhecer que os bebês antes mesmo de nascer estão imersos no universo da linguagem, começam a conhecer o mundo através da voz de pessoas que estão à sua volta. Nesta mesma lógica, as palavras dos(as) educadores(as) ou de membros das famílias acolhedoras têm grande importância: devem receber, acalmar e apresentar esse novo lugar ao bebê. Ao falar frequentemente com ele, o(a) educador(a) se deixa conhecer e oferece sua voz para que o bebê se vincule a ele. Sua voz se tornará uma primeira referência para o bebê nessa nova situação. Aos poucos, através dessa relação, que se constrói por meio do afeto e das falas que são dirigidas ao bebê, o serviço de acolhimento se transforma em um ambiente no qual o bebê se sentirá acolhido, seguro e protegido.

Os bebês que precisam da medida do acolhimento, já têm suas histórias de vidas atravessadas por uma separação, e precisam da ajuda de um adulto para compreenderem o que aconteceu, por que não estão com suas mães e por que estão em um serviço de acolhimento. Assim, falar com eles se torna fundamental. Os bebês têm direito e precisam saber de sua história, bem como que o serviço de acolhimento será seu lugar de cuidados pelo tempo que for necessário. O grande desafio então, é descobrir como colocar em palavras para o bebê a sua história, o que deve ser uma construção coletiva, de toda a equipe do serviço de acolhimento. Neste sentido, é importante que haja previsibilidade nos cuidados e que as informações sobre cada criança acolhida, inclusive a percepção que os(as) diferentes educadores(as) têm dela, possam circular entre todos da equipe.

O relato da história para o bebê deve ser muito cuidadoso e os(as) profissionais precisam estar atentos(as) para falar-lhe de maneira que ele possa entender o que está se passando em sua vida. Portanto, a escolha das palavras, e do que será dito, é fundamental para que não gere mais sofrimento. Falar com os bebês e crianças pequenas e esclarecer as coisas, tanto na chegada quanto durante o acolhimento e na saída é função essencial dos(as) educadores(as). Investimos na proposta de que um educador-referência seja nomeado para cada bebê que é acolhido num abrigo. A função desse adulto é oferecer-lhe segurança, desde sua chegada.

Quando o educador cuida de um bebê e tem conhecimento do motivo que o levou a ser acolhido, quando reúne informações sobre quem é sua família, quais os nomes dos pais e dos irmãos do bebê, ele pode dirigir-se a este de maneira singular. Cada história de vida é única e precisa ser considerada pelos educadores do abrigo na situação de acolhimento. Isso permitirá à equipe compreender e situar alguns comportamentos e produções do bebê, da forma mais conectada possível com o que ele viveu antes de ser acolhido, garantindo a integração de uma parte de sua história que lhe pertence, mesmo que ainda não consiga enunciá-la (NOGUEIRA, 2011, p.39)

O relato da história para o bebê deve ser muito cuidadoso e os profissionais precisam estar atentos para falar-lhe de maneira que ele possa entender o que está se passando em sua vida. O(a) educador(a) situa-se, portanto, nesse lugar de conhecedor(a) e transmissor(a) da história familiar e como referência e interlocutor(a) para o tempo vivido no abrigo.

Não há receita para saber como e quando é a hora de falar sobre o assunto. A observação da criança e a possibilidade de entender suas manifestações, sempre contextualizadas em sua história, é o que dará elementos à equipe para pensar sentidos e formas para se falar sobre o que é importante.

Cada educador(a) vai imprimir seu jeito pessoal nos cuidados que oferece, e isso é muito importante, pois a rotina não pode ser rígida e mecânica. O que devemos garantir é que os (as) educadores(as) estejam afinados nas intervenções que realizam. Por isso a necessidade de pensarmos como receber o bebê que chega ao serviço de acolhimento. Ainda que ele não fale, é importante que a equipe eleja uma pessoa que possa contar ao bebê onde ele está, apresentar a casa para ele, o quarto onde vai dormir, quem mora ali e quem vai cuidar dele. Dessa forma, oferecemos a ele um pouco da segurança tão necessária nesse momento. Nos casos de bebês muito pequenos, que demandam atenção constante, é importante que se faça a passagem de um(a) educador(a) para outro, dizendo ao bebê quem cuidará dele no próximo plantão. Assim, asseguramos ao bebê que sempre terá um adulto para cuidar dele.

Os momentos de cuidados básicos como a hora do **banho, troca, sono e alimentação**, muitas vezes subestimados pelos(as) educadores(as), são momentos privilegiados de interação entre o bebê e o adulto cuidador. Eles proporcionam maior estreitamento do vínculo, já que são permeados pelo toque, pelo olhar, pela palavra e pelo afeto. Podem ser situações muito prazerosas, tanto para o bebê como para o(a) educador(a), se forem vividas com calma e tranquilidade. Independente do tempo que se tem para cada atividade de cuidado, o importante é que seja um tempo de qualidade;

isto é, que a experiência destes ricos momentos de interação e brincadeiras seja permeada de carinho e respeito ao bebê.

**Banho** - A hora do banho se transforma num gostoso e relaxante momento do dia quando, além dos cuidados de higiene, é permitido ao bebê um pouco de diversão. No banho, gestos suaves e delicados, com palavras que nomeiam as partes que estão sendo lavadas, ajudam o bebê a conhecer e, mais tarde, reconhecer



as partes de seu corpo. O contato com a água, assim como receber o toque no corpo costumam ser agradáveis para os bebês.

Da mesma forma que o banho, as **trocas** são excelentes momentos para interação entre o adulto e o bebê. O tempo no trocador não pode ser desprezado ou subestimado, pois trata-se de um tempo precioso no que diz respeito às experiências sensoriais e afetivas estabelecidas entre o bebê e o cuidador. No material bibliográfico disponibilizado, há materiais complementares que especificam a importância das massagens, valorização e cuidado com o **toque delicado e respeitoso**.<sup>3</sup>



**Sono** - Bebês recém-nascidos dormem muito. Conforme eles vão crescendo, a quantidade de sonecas é reduzida. Mas não existe um número ideal de horas a serem dormidas, pois essa faixa

---

<sup>3</sup> ALENCAR, Roberta (coord). **O acolhimento de bebês: práticas e reflexões compartilhadas**. Instituto Fazendo História. São Paulo, 2011. Pág.64

é bem ampla. Em geral, segundo a média, bebês de até 3 meses dormem entre 11 e 19 horas por dia e bebês de 4 a 11 meses dormem de 10 a 18 horas (somando todas as horas dormidas dentro das 24 horas do dia). O importante é observarmos se o bebê está bem com a quantidade de sono que ele está apresentando.

Um bebê que chega ao serviço de acolhimento pode requerer mais atenção durante a noite, já que passou por uma experiência de ruptura e encontra-se em um lugar novo, no qual não conhece as pessoas e, portanto, está mais inseguro. Independente de sua idade, é essencial que um(a) educador(a) possa estar por perto e acolhê-lo, caso apresente dificuldade para adormecer ou desperte chorando.

Vale dizer que um bebê desenvolve a capacidade de estar só apenas se tiver alguém que responda adequadamente às suas necessidades e dentro de um tempo em que ele seja capaz de suportar a espera. A segurança é construída gradualmente na relação do bebê com o adulto cuidador, através da constância das ações de cuidados. Por isso a previsibilidade do que vai acontecer e a resposta às demandas do bebê são tão importantes para que ele se sinta seguro e se constitua enquanto sujeito. Um bichinho de pelúcia ou um paninho podem ser oferecidos nos momentos de transição entre a presença-ausência do adulto cuidador. No entanto, eles só terão validade enquanto substituto se, na presença do(a) educador(a), ele encontrar segurança. O berço pode ser um bom lugar para o bebê brincar quando acorda. No entanto, quando acordado, é importante que ele possa estar em outros ambientes da casa.

**Alimentação** - A fome é a primeira necessidade do bebê. É a partir da forma como o desejo da criança pela alimentação é saciado que ela estabelece suas primeiras relações com a vida fora do útero. A importância desse momento fez com que inúmeros autores se debruçassem sobre ele.



Suprir as necessidades de nutrientes não é a única tarefa da alimentação infantil. Nas fases iniciais do desenvolvimento é pela boca que a criança conhece o mundo. Através da alimentação a criança conhece sabores, texturas e sensações, mas também conhece emoções e sentimentos ligados a cada momento de alimentar-se.

Quando a criança tem fome, é tomada por um forte desconforto. Ao ser alimentada, a criança sente não apenas o fim da fome, mas o prazer de encerrar o desconforto que a fome lhe causava.

a) A alimentação é mais um momento de interação do bebê com seu(sua) cuidador(a) e o mundo. Através dela, ele aguça seu paladar e olfato, pode explorar o que lhe é oferecido e tem mais uma oportunidade para estreitar as relações de afeto e cultivar vínculos sociais. Ainda assim, algumas dicas podem ser importantes durante esse processo.

b) As refeições devem ocorrer sempre no mesmo horário e lugar, preferencialmente no refeitório, copa ou cozinha, sem a presença de estímulos que tirem o foco da alimentação – por exemplo, TV ligada ou interrupções desnecessárias.

c) Os bebês estão sendo apresentados aos alimentos, o que faz esse momento ser tão privilegiado e mágico. Pratos coloridos, saborosos, variados e atrativos facilitam a alimentação e reforçam a importância deste momento.

d) Comida tem cheiro, cor, textura, sabor e, às vezes, forma definida, o que a torna um prato cheio para as experimentações. Por isso, deixe o bebê manipular e cheirar a comida. As crianças adoram fazer essas experimentações, que são importantes tanto no que se refere às descobertas sobre o mundo quanto ao prazer pelas refeições. Sugerimos que a rotina seja pensada de forma que o banho não seja imediatamente antes das refeições, para que as crianças possam fazer suas experimentações e brincadeiras. Sujar-se faz parte de todo aprendizado e crescimento!

e) Observe a quantidade de comida que é colocada em cada colherada e dê tempo para que a criança saboreie o alimento antes da próxima colherada. Respeite o ritmo de cada uma, assim como a quantidade que comem nas refeições. Quando ela não quiser mais comer, não insista. A alimentação deve ser um momento agradável e não uma obrigação.

f) Durante as refeições, o bebê precisa da presença de um(a) educador(a) que lhe dê atenção, respeite seu ritmo e explorações. Isso significa que este momento não pode se transformar numa atividade mecânica de “enfiar comida goela abaixo” ou uma atividade em que as colheradas são dadas em série. Lembre-se: os bebês têm necessidade de atenção individualizada e de troca afetiva, experiências que acontecem também nos momentos em que são alimentadas.

A tarefa dos(as) educadores(as) é mesmo muito complexa pois, ao mesmo tempo que têm uma função estruturante para o bebê, são profissionais e precisam encontrar um equilíbrio entre a técnica, a informação e a intuição, a espontaneidade das ações e dos gestos. Entendemos que as

discussões de caso, os espaços de reflexão e a supervisão são os recursos que propiciam aos(as) educadores(as) falar das suas dificuldades. Por essa razão, é fundamental que a equipe de educadores tenha um discurso único, organizado a partir de um plano de trabalho estabelecido para cada criança atendida, mantendo os elementos essenciais da rotina e um olhar consonante sobre cada bebê. O planejamento das ações e estratégias de intervenção discutidas entre a equipe minimiza a possibilidade de divergências pessoais serem expostas na presença das crianças, durante a rotina, o que muitas vezes fragiliza o grupo dos(as) educadores(as).

### **3. A experiência de Pikler Lóczy**

A experiência de Pikler Lóczy é uma importante referência para o trabalho com bebês em abrigos. Nesta, dois principais enfoques são apontados, o da segurança afetiva e do movimento livre.

Fundado em 1946 e dirigido por Emmi Pikler o Instituto Lóczy foi uma instituição de acolhimento de crianças órfãs de Budapeste, Hungria. Foi através de uma inovadora relação entre adultos e bebês que essa experiência se tornou referência no cuidado de crianças de 0 a 3 anos.

Emmi Pikler foi uma pediatra de família, que concluiu seus estudos em Viena, Áustria, nos anos 1920 e já tinha como concepção a integridade do indivíduo, sua saúde somática e psíquica, além de sua integração com o meio.

Observando a rotina diária dos bebês e suas famílias, constatou a impaciência e a ansiedade dos pais em relação às atividades que os bebês ainda não sabiam fazer. Ao invés de os deixarem desenvolver suas capacidades sozinhos, segundo seu próprio ritmo, os pais acreditavam que o melhor era acelerar algumas etapas. A Dra. Emmi Pickler, através da observação, descobriu o “bebê competente”, com suas diversas potencialidades. A médica tinha uma enorme confiança na criança desde seu nascimento e se interessava muito por todo processo de desenvolvimento.

Segundo a pediatra, essa interação com a criança a possibilita se desenvolver em todo seu potencial, favorecendo a construção da auto estima, autonomia e segurança afetiva. Se, durante os



cuidados, o adulto der, sem cessar uma atenção particular aos sinais do bebê, e se os levar em consideração para lhe oferecer as refeições, para andar, banhar, vestir ou desvestir, ele cria, desde o início, a possibilidade de que o bebê, por sua vez, “intervenha” no processo dos cuidados e na maneira pelas quais esses cuidados serão satisfeitos, notadamente em relação à duração e ao ritmo da refeição, à quantidade e à temperatura da comida, ao ritmo dos movimentos durante o vestir, o despir, à quantidade e à temperatura da água do banho etc.

Uma boa técnica de cuidados procura propiciar à criança o sentimento de segurança de ser pega e carregada por mãos firmes e ternas que lhe permita estar em um estado de relaxamento. Esses cuidados de boa qualidade conduzem a criança ao que podemos chamar de um “estado de unidade”, a criança torna-se uma pessoa, um indivíduo<sup>4</sup>.

Para construir sua metodologia de intervenção junto aos bebês, Emmi Pikler baseou-se na observação deles e no reconhecimento de que, desde seu nascimento, são sujeitos ativos e não apenas passivos necessitando de cuidados.

Em Lóczy, as educadoras são orientadas a sempre falar com os bebês durante os cuidados diários, tais como banho, trocas de fraldas e alimentação, olhando nos olhos do bebê e percebendo suas reações. Isso porque o bebê capta a intencionalidade por trás das palavras que lhe são ditas e se mostra mais calmo e colaborativo quando antecipamos e nomeamos de forma clara e simples o que está se passando e o que vai acontecer a seguir.

Uma rotina bem pensada e uma equipe que trabalhe alinhada possibilitam que haja uma organização do tempo no serviço de acolhimento de modo que os cuidados diários com os bebês sejam realizados com tranquilidade e prazer, tanto para o bebê quanto para o profissional.

A garantia e proteção aos direitos das crianças no processo de acolhimento vai depender do conhecimento dos profissionais sobre o desenvolvimento infantil, sobre cada uma das crianças – suas singularidades, seus saberes, interesses e necessidades e do exercício constante de uma análise dos contextos e necessidades das crianças.

---

<sup>4</sup> <http://descobrirbrincando.com.br/emmi-pikler-loczy/>



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALENCAR, Roberta (coord). **O acolhimento de bebês: práticas e reflexões compartilhadas**. Instituto Fazendo História. São Paulo, 2011

BARILE, Tatiana. **Desenvolvimento Infantil**. Texto II – Curso Primeira Infância e Acolhimento: princípios e boas práticas. Capacita SUAS. Pernambuco, 2017. Disponível em <https://ead.sdscj.pe.gov.br/>

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Marco Legal pela Primeira Infância.

GULASSA, M. L. C. R. (Coord.). **Abrigos em movimento: o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo**. São Paulo: Instituto Fazendo História /NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

MOURA, Gabriella Garcia; AMORIM, Kátia Souza. **A invisibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional**, 2013.

NOGUEIRA, Fernanda (org). **Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos**. - 1. ed. - São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

VILLACHAN-Lyra, P.; Queiroz, E, F. F. Moura; R. B. e Gil, M. **Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores**. Recife. 2017;